

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 8/2026

Assunto: Delegação de competências do Presidente da Câmara Municipal na Diretora do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico (GCAJ)

Considerando que:

- Nos termos do disposto no artigo 31.º do Regulamento Orgânico dos serviços do Município, publicado na 2ª série do Diário da República n.º 212, de 3 de novembro de 2022, pelo Despacho n.º 12771/2022, o Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, designado abreviadamente por GCAJ, tem por missão zelar pela legalidade da atuação do município, prestando assessoria jurídica e assegurando a representação forense e a defesa contenciosa dos interesses do município, assim como pugnar pela adequação e conformidade normativa dos procedimentos administrativos e dos atos, contratos e demais instrumentos jurídico-institucionais, conferindo-lhes a confiança e certeza jurídicas;
- Por força do disposto no artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado por «RJAL»), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Presidente da Câmara Municipal pode delegar competências nos seus dirigentes;
- A delegação de competências constitui uma forma privilegiada de promoção da eficiência, economicidade e celeridade dos procedimentos administrativos;

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do artigo 38.º do RJAL, **delego, com faculdade de subdelegação, na Diretora do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, Sra. Dra. Verónica Gonçalves Maia**, as competências necessárias à prossecução da sua missão, designadamente as seguintes:

1. Comparecer em juízo, em representação do Município, nos termos da lei;

2. Autorizar o pessoal do GCAJ a comparecer em juízo quando requisitados, nos termos da lei de processo;
3. Designar os mandatários forenses responsáveis pelo exercício do patrocínio judiciário do Município;
4. Promover a apresentação de pedidos de registo predial, a emissão de certidões e documentos de outra natureza junto das Conservatórias e Repartições de Finanças no exercício das competências cometidas ao GCAJ;
5. Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no GCAJ e a restituição aos interessados de documentos que integrem processos sob gestão do GCAJ, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada;
6. Indeferir pedidos de indemnização no âmbito da responsabilidade civil extracontratual do Município, referentes a danos sofridos por particulares em acidentes de viação ou outros ocorridos na via pública e nos quais o Município se encontre direta ou indiretamente envolvido;
7. Deferir iguais pedidos indemnizatórios em sede de responsabilidade civil extracontratual até ao montante de €250,00 (duzentos e cinquenta euros);
8. Deduzir reclamações junto de terceiros por danos causados a bens integrados no património municipal;
9. Assinar a correspondência e expediente necessários à mera instrução de processos;
10. Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data, podendo, no entanto, ser avocadas as competências nele previstas, sempre que a relevância do ato o justifique.

Nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo ratifico todos os atos administrativos praticados pela delegada entre o dia 1 de novembro de 2025 e a presente data, que estejam em conformidade com a presente delegação de competências.

Paços do Concelho, 16 de janeiro de 2026.

O Presidente